



Se você está infeliz com alguma coisa, se livre disso. Porque você vai descobrir que quando é livre a sua criatividade, o seu verdadeiro eu se revela

Tina Turner

O impasse na gestão do Fundo Constitucional: autonomia ou tutela

Há muito tempo, o GDF se incomoda em não ter o poder de gerenciar os recursos que vêm do Fundo Constitucional. Para conceder, por exemplo, reajuste dos servidores da Segurança Pública é necessária autorização por lei federal que seja aprovada no Congresso. O DF depende da boa vontade de centenas de parlamentares, na grande maioria que não é daqui e pouco conhece a realidade local. Uma das metas do governador do DF, Ibaneis Rocha, neste segundo mandato, era avançar na conquista da autonomia do FC, convencendo Executivo e Legislativo federais a darem essa "alforria" para a unidade da federação que hoje é a terceira metrópole do país. Mas os atos de 8 de janeiro, com a falha grave na segurança do DF, provocaram o efeito contrário.

Ed Alves/CB/D.A Press



Revés inesperado

O Fundo, como um todo, ficou ameaçado. A capacidade de administração do governo local para gerir os recursos foi colocada em xeque. Uma PEC foi apresentada para acabar com o Fundo. Mas a união de políticos e representantes dos mais variados segmentos da cidade, da OAB ao setor produtivo, conseguiu preservar o direito e a legitimidade do DF em receber o orçamento federal. Mas, agora veio outro ataque inesperado pela bancada do DF e do governo da capital.

Corrida contra o tempo

Em pouquíssimos dias se incluiu na proposta de Arcabouço Fiscal a alteração do cálculos do FC, aprovada na terça-feira à noite para estarecimento dos gestores e parlamentares do DF. O ex-vice-governador e presidente regional do PSD, Paulo Octávio fez a alerta, interceptou a movimentação contra o DF. Mas, nos bastidores, a ofensiva da Câmara dos Deputados para limitar o Fundo estava costurada. E já se planejou para dar pouco tempo de reação aos escudeiros do DF.

Ciro Nogueira se compromete a ajudar gestão do DF

O senador **Ciro Nogueira**, presidente nacional do Progressistas (PP) e ex-ministro-chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro, divulgou mensagem de apoio ao Fundo Constitucional do DF e de solidariedade à vice-governadora do DF, **Celina Leão**, que também é do partido. "Na análise do Arcabouço Fiscal, no Senado, nós do Progressistas daremos toda a atenção que o tema merece para que a capital do país não seja prejudicada."

Diferenças no PP

O deputado federal **Claudio Cajado** do PP da Bahia acabou provocando arestas afiadas dentro do partido. Pois atingiu sua "colega" de partido, a vice-governadora do DF, **Celina Leão**. Foi ele que incluiu a mudança no Fundo Constitucional do DF no texto do Arcabouço Fiscal. **Celina** não deixou por menos e buscou apoio em **Ciro Nogueira**. E rebateu a tese do **Cajado** de que não haveria perdas. "Se não há variações consideráveis, por que mudar a fórmula de se calcular???", esbravejou nas redes sociais.

Municípios preferem PEC 46

No Fórum de Governadores, ontem em Brasília, Ibaneis acabou não falando do Fundo Constitucional. A pauta da Reforma Tributária predominou e foi polêmica. Representa outra ameaça ao DF, caso seja excluído dos municípios à arrecadação de ISS. Para o Distrito Federal e municípios, a PEC 46 é a que causa menos impacto negativo.

Perda de autonomia dos estados

Na versão mais adiantada da Reforma, os estados perdem a autonomia de conceder benefícios fiscais a setores da economia local. Isso, por exemplo, acabaria com a Zona Franca de Manaus.

ICMS "demonizado"

Os governadores do Centro-Oeste também se sentem mais prejudicados. **Ronaldo do Caiado**, de Goiás, fez uma forte fala criticando a Reforma. "Nós não tivemos as condições dos outros estados, litorâneos, ou em condições que foram em primeiro lugar ali trabalhadas, no sentido de infraestrutura. (...) Como se, demonizando o ICMS, resolvesse o problema. E nossa prerrogativa de legislar? Como fica?", questionou.



Renato Alves/Agência Brasília

Acordo no Senado promete veto a corte de verbas no Sesc

Após acordo entre lideranças partidárias e representantes do governo federal no Senado, na noite de ontem, foi aprovada a MP 1147 que continha dois artigos que remanejavam 5% do orçamento nacional do Sesc e Senac para a Embratur. Mas, pelo acordo, esses pontos serão vetados por Lula. Foi a forma encontrada na Casa para o tema principal da MP — que é outro — passar e não se perder o prazo de votação. O líder do governo no Senado Federal, **Jacques Wagner**, afirmou no plenário que o presidente da República se comprometeu a vetar os artigos 11 e 12.

Entendimento

A CNC, gestora do orçamento do Sesc e Senac, considerou uma vitória, depois da mobilização que organizou para evitar os cortes. O presidente da Embratur, **Marcelo Freixo** também considerou uma conquista. "Vitória do diálogo e da conciliação. A Embratur Brasil e o Sistema CNC acabam de fechar acordo, que atende aos interesses de ambas as partes", disse. O veto ainda terá de ser confirmado ou não na Câmara dos Deputados.

FISCALIZAÇÃO / Os vendedores informais foram retirados do terminal do Plano Piloto, liberando espaço para a circulação dos passageiros, mas a medida divide opiniões dos usuários de transporte público que transitam pelo local

Rodoviária sem os camelôs

» NAUM GILÓ

Quem passou por um dos pontos de maior circulação de pessoas do Distrito Federal, a Rodoviária do Plano Piloto, ontem, pôde perceber a ausência das dezenas de camelôs que costumam ocupar os espaços nas plataformas de embarque. Os comerciantes informais foram retirados pela operação executada pela Polícia Militar (PMDF) e por agentes do DF Legal, na última terça-feira.

A medida divide opiniões, principalmente após um vídeo viralizar na Internet mostrando o momento em que agentes de segurança agiram com truculência contra uma vendedora, no pavimento inferior da Rodoviária. Na gravação, é possível ver a mulher sendo empurrada por um dos policiais, que chega a apontar uma arma para ela.

"Eu pago pensão e não sou fichado. Trabalho há mais de 15 anos aqui na rodoviária. Dependendo daqui para viver, para pagar, também, o aluguel e o resto das contas. Costumo trabalhar com carrinho mas não o trouxe por causa do risco de perdê-lo", conta um dos ambulantes que se arriscou a continuar trabalhando no local, mesmo com a presença de vários policiais. "De vez em quando, eles dão uma carreira na gente, mas depois a gente volta", confessou para a reportagem o ambulante, que preferiu não se identificar. "A gente tem que estar onde tem movimento. Não adianta colocar naquele elefante branco (referindo-se ao Shopping Popular) aonde ninguém vai", conclui.

Os poucos vendedores que se arriscaram a ser pegos pela fiscalização trabalharam sob

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Depois da ação da Polícia Militar, alguns vendedores ainda se arriscaram e vendem no local: "É o meu ganha-pão," disse um ambulante

forte tensão. Quando colegas gritam alertando a aproximação de policiais e de agentes do DF Legal, eles rapidamente recolhem as mercadorias e correm para outro ponto longe da vigilância das autoridades. "Fica aqui quem tem coragem", aponta outro camelô que também não quis se identificar. "Nós só saímos daqui mortos. Eu dependo disso para viver. Por que eles não arranjam um lugar para a gente ficar?", questiona.

Entre os passageiros que circulam diariamente no terminal, as opiniões divergem. "Eu acho melhor sem eles, porque eles atrapalham a nossa circulação", diz a estudante **Gabriele da Silva**, 22, enquanto espera a condução na Plataforma C. O cozinheiro **Yuri Porto**, 22, avalia que os dois lados devem ser levados em conta. "Tudo tem um ponto bom e um ruim. O espaço fica mais livre para passar, mas fica sem opção de compras, além de

tirar o trabalho deles", pondera. Já o professor **Néliton Alves**, 25, é a favor da permanência dos comerciantes na Rodoviária. "Eu acho que eles têm que trabalhar. A circulação fica prejudicada, mas eu me coloco na situação deles. É o ganha-pão deles", analisa.

GDF

A Secretaria DF Legal informou ao **Correio** que não é a responsável por realizar a fiscalização do

comércio irregular dentro da rodoviária. A fiscalização das adjacências da Rodoviária — como o calçadão entre o Conic e o Conjunto Nacional e as vias N1 e S1 — é de competência da pasta.

A Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob), responsável pela operação dentro da rodoviária, disse que o governo está atuando com o objetivo de coibir o comércio ilegal de mercadorias no local, a fim de proporcionar mais conforto e segurança para os

usuários do transporte público do DF. Segundo a secretaria, a ação reúne auditores fiscais da Subsecretaria de Controle e Fiscalização (Sufisa) e do DF Legal, que estão atuando em cooperação com a Secretaria de Segurança Pública, por meio da Polícia Militar. A pasta também informou que a operação será contínua.

Sobre a assistência aos comerciantes, cuja maioria depende da atividade para sobreviver, a Secretaria de Desenvolvimento Social informou que atua no atendimento a esse público quando há demanda espontânea diretamente nas unidades socioassistenciais, seja para inclusão ou solicitação de serviços, programas, projetos ou benefícios do governo.

Truculência

A gravação do vídeo mostrando um policial agredindo uma vendedora na rodoviária motivou o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a entrar com um pedido de investigação da abordagem dos agentes na ocasião. Para a Promotoria Militar, possíveis excessos na atuação policial devem ser sempre apurados e, havendo violações, deve ser aplicada a lei para a punição dos responsáveis.

Em nota, a PMDF informou ao **Correio** que atuou na fiscalização de ambulantes ilegais na área da Rodoviária do Plano Piloto em apoio ao DF Legal. Sobre o vídeo, a corporação disse que as imagens serão analisadas e todo e qualquer excesso quanto à atitude dos policiais militares será apurado. A corporação também ressaltou que não coaduna com desvios de conduta na instituição.